

# A pluralidade linguística na Antiguidade Tardia e seus efeitos na Gramática Antiga

(Language plurality in Late Antiquity and its effects on Ancient Grammar)

Luana de Conto

Departamento de Letras Vernáculas – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

luana.conto@gmail.com

**Abstract:** This paper deals with the influence of plurilingual contexts on Ancient Grammar. It analyses a particular context, bringing into focus the coexistence of Latin and Greek in Late Antiquity, in the Eastern Roman Empire. The relationship between Latin and Greek is discussed, specifically considering them competing varieties of high prestige, and it concludes Latin was available as a super-high variety, to be used in situations demanding a high level of formality. Finally, this status of prestige variety that was assigned to Latin motivated the teaching of Latin as a foreign language in Constantinople. In this subject, this paper shows that Priscian's *Institutio de nomine et pronomine et verbo* was used to cope with the demand by foreign language learners, as a *regulae* grammar could do.

**Keywords:** Ancient Grammar; foreign language teaching; complex sociolinguistic contexts.

**Resumo:** Este artigo trata da influência dos contextos plurilíngues na Gramática Antiga. Analisa um contexto específico, focalizando a convivência entre latim e grego na Antiguidade Tardia, no Império Romano Oriente. É discutida aqui a relação entre o latim e o grego especificamente enquanto variantes de prestígio concorrentes, concluindo que o latim estava disponível como variedade super-alta, para ser utilizado em situações de alto grau de formalidade. Por fim, essa sua condição de variedade prestigiada motivou o ensino de latim como língua estrangeira em Constantinopla. Tratando-se de ensino de latim como língua estrangeira, o artigo demonstra que a gramática *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, de Prisciano, era utilizada nesse contexto para atender a demanda de aprendizes de língua estrangeira, caracterizando-se como uma gramática *regulae*.

**Palavras-chave:** Gramática Antiga; ensino de língua estrangeira; contextos sociolinguisticamente complexos.

## Introdução

Este trabalho é parte de uma discussão mais ampla em torno do ensino de Gramática Antiga na época do gramático Prisciano de Cesareia (séc. VI). Por isso, fala-se aqui da Antiguidade Tardia, um período situado após o período clássico e antes da Idade Média. Esse momento histórico tem as particularidades de uma sociedade em transição, assistindo à decadência do Império Romano e à ascensão do poder da Igreja. Falamos especialmente do Império Romano do Oriente, porque o gramático em questão lecionava em Constantinopla e porque, dessa situação, emerge um contexto plurilíngue, em que a língua grega tem posição de destaque mas concorre com o uso de latim em algumas situações de prestígio.

O contato entre latim e grego esteve presente desde a constituição da sociedade romana e é testemunhado por muitos autores. Biville (2002, p. 77) atesta a ocorrência

de expressões relacionadas ao conhecimento da língua grega em autores como Cícero (*graece loqui* [*De orat.* 2.2]); *optime graece scire* [*De orat.* 2.265]); *eruditissimus et graecis litteris et latinis* [*Brut.* 205]), Suetônio (*graece ac latine disserenti, utroque sermone nostro paratus* [*Cl.* 42.2]), Quintiliano (*linguam utramque tueri* [*Inst. Or.* I.1.14]), Plínio (*utraque lingua notata* [*Ep.* 2.14.6]), e também em fontes mais populares como Marcial (*lingua doctus utraque* [10.76.6]) e um fragmento de uma coluna do séc. III em Chamissa (*utraque lingua eruditus*).

Neste artigo, primeiramente, serão apontados alguns exemplos da influência linguística mútua entre grego e latim, desde o início da afirmação de Roma como potência no Mediterrâneo, a título de exemplificar o modo como o contato entre as línguas pode alterá-las. Em seguida, será observado especificamente o contato entre o latim e o grego no leste do Império, pois há uma situação linguística muito peculiar nessa região, com a coexistência de diversos idiomas. Especialmente em razão de o latim e o grego exercerem o papel de línguas de cultura, que não eram dominadas por boa parte da população, há razões para se pensar essa situação em termos sociolinguísticos. Por isso, mais adiante, analisaremos esses contextos de uso procurando determinar se o ambiente de Constantinopla, especificamente, pode ser considerado o que chamamos hoje de diglossia. Na última seção deste artigo, o foco da discussão se voltará para os efeitos dessa situação multilíngue no ensino de língua, observando as características de algumas gramáticas do período.

## Influências linguísticas

O latim e o grego já mantinham certo contato desde a consolidação dos romanos na península itálica, pelo intercâmbio com as colônias gregas do sul da Itália e da Sicília – a Magna Grécia. Coleman (2007, p. 792) afirma que, nesse período inicial, a influência maior se dava da língua grega para a latina. Como costuma ocorrer nesse tipo de interação, havia dois canais de contato: um de baixo prestígio, através do comércio, de viagens e da imigração de habitantes gregos (escravos, principalmente); e outro de alto prestígio, através do cultivo deliberado da língua e da cultura grega por parte das classes altas da sociedade romana. O canal de prestígio mais alto é responsável por empréstimos ligados à filosofia, às artes e às ciências. Considerando que o intercâmbio cultural entre romanos e gregos era muito grande, não é de se surpreender que nesses campos de estudo ocorra um fluxo grande de empréstimos terminológicos.

Trabalhos como o de Coleman (2007) falam também de influências do grego em estruturas sintáticas do latim. Em uma coletânea de textos acerca da história do grego, esse autor afirma: “Uma série de desenvolvimentos na sintaxe latina são devidas, ao menos em parte, à influência do grego”<sup>1</sup> (COLEMAN, 2007, p. 794), e cita como exemplos a transformação dos pronomes dêiticos em artigos, a expansão da sintaxe participial e a emergência das orações subordinadas de acusativo com infinitivo. Entretanto, as mudanças no nível estrutural são muito mais difíceis de rastrear do que as mudanças no nível lexical, porque não se pode definir em que medida essas mudanças não foram motivadas por fatores internos ao sistema e em que medida os fatores externos têm força para alterar a estrutura.<sup>2</sup>

1 No original: “A number of developments in Latin syntax are at least in part due to Greek influence”.

2 Os sistemas linguísticos se autorregulam, regidos por princípios de economia. Poderíamos postular, por

A presença das legiões romanas e das instituições legais e administrativas romanas no leste do Império, segundo Coleman (2007, p. 795), foi o motor das influências do latim na língua grega e, por isso, essa influência ocorreu mais tardiamente e é mais visível no campo dos termos burocráticos. Vemos então ocorrer na língua grega empréstimos de palavras latinas que expressam cargos oficiais romanos e palavras ligadas ao funcionamento da máquina estatal: *ēdikton*, *praiphektos*, *koustodía* (ligados respectivamente a *edictus*, *praefectus* e *custodia*). Há também registro de empréstimos do latim para o grego de sufixos como *-tion-*, *-ura*, *-ianus*, *-atus*.

No nível estrutural, novamente fica a ressalva de que essas mudanças são menos claras, mas podemos citar como uma possível influência latina o uso em grego de estruturas sintáticas tipicamente reconhecidas como formulaicas na língua latina, como o uso do ablativo absoluto para indicar momento temporal baseado na identificação dos cônsules do período: *L. Lentulo C. Marcello consulibus*. O grego não conta com o modo ablativo, mas passaram a ser registrados usos do dativo nesse contexto – o que não refuta a possibilidade de importação da estrutura latina, pois as formas do dativo e do ablativo são idênticas em grande parte das declinações latinas. Coleman (2007, p. 798) fala ainda da influência latina no uso das perífrases no grau comparativo dos adjetivos, nos tempos pretéritos e, com certa desconfiança, nos tempos futuros.

Naturalmente, a situação de línguas em contato deu margem para a emergência de diversas estratégias discursivas, privilegiando ora uma língua ou outra, a depender da escolha do falante. Em um falante bilíngue, a escolha da língua se adequa ao momento discursivo e é motivada por diversos fatores. O caso em que Catão, em 191 em Atenas, se dirigiu em latim a uma multidão falante de grego é um exemplo do uso da língua como estratégia de dominância: apesar de haver um intérprete presente na ocasião, a performance em latim se impõe aos ouvintes, evidenciando a supremacia do conquistador (ADAMS, 2004, p. 559). Já a presença do latim em epitáfios de soldados das mais diversas origens sinaliza o seu pertencimento à instituição do exército romano (ADAMS, 2004, p. 616-617).

Citações, inserção metalinguística e mudança de código são citadas por Biville (2002, p. 81) como estratégias em que as duas línguas coexistem. Dentre esses, a mudança de código é a mais interessante, porque revela os conflitos de identidade que o falante bilíngue encara.

Chamamos de mudança de código a alternância completa de uma língua para outra dentro de um enunciado (ou trecho de escrita), seja a inserção de fórmulas, seja entre sentenças ou ainda dentro de uma única sentença, exigindo acomodação gramatical de uma língua a outra. Essa alternância geralmente é marcada por fatores extra-linguísticos, mas pode também prescindir de motivação, casos em que os interlocutores geralmente são colegas pertencentes a um mesmo grupo, numa situação informal em que eles avaliam positivamente suas identidades nesse contexto. Adams (2004, p. 301-303) afirma que a mudança de código pode ter diversas motivações: (i) estabelecer uma relação diferenciada com o endereçado, seja ela de solidariedade, de dominância ou de afastamento; (ii) expressar diferentes tipos de identidade; (iii) ser reação a determinado tópico; e (iv) caracterizar um recurso estilístico. À parte de (iv), todos os demais fatores estão relacionados à imagem que o usuário bilíngue tem de si e a imagem que ele deseja passar ao seu interlocutor.

---

exemplo, a hipótese de que os pronomes dêiticos tenham se especializado para a função de artigos em função de ter ocorrido alguma mudança na forma como a definitude vinha sendo expressa. Por compensação, o sistema especializaria os pronomes para suprir a expressão da definitude.

Como no estudo das línguas antigas em contato não podemos utilizar como recurso a análise oral, as conclusões se baseiam na análise de documentos escritos e, dessa forma, a mudança de código acaba servindo de evidência. Nos textos com misturas de línguas, o falante acaba deslizando para sua língua nativa, revelando algum conflito da situação bilíngue em que ele se encontra.

## O convívio das línguas no leste

A relação do latim com o grego no leste se deu de maneira diferente da relação do latim com as demais línguas locais com que o latim entrou em contato na península itálica, e em todo o ocidente do Império de uma forma geral. No ocidente, a pressão sobre as línguas locais foi maior, pois o latim gozava de uma estima entre os habitantes, já que era a língua da nova ordem social, e os habitantes tinham a ambição de aderir a esse novo mundo. Não havia nenhum rival para o latim em termos de prestígio social e os próprios romanos raramente demonstraram interesse em aprender os idiomas como osco, etrusco e umbro. No entanto, no leste, o grego era a língua de cultura já estabelecida e os próprios romanos se interessavam em compartilhar do mundo helênico – assim como os povos subjugados cediam ao latim. O grego era um rival em prestígio à altura do latim, e disso adveio a posição de língua franca assumida pela língua grega.

No leste, o latim encarou dificuldades para se estabelecer como língua principal porque a língua grega já desfrutava de uma hegemonia bem estabelecida na região, desde as conquistas de Alexandre. A *koiné*, além de exercer o papel de língua franca nas áreas de contato com os idiomas nativos, tinha o prestígio da tradição da civilização grega, impregnada tanto nos costumes quanto na alta cultura. Devemos ter em mente também que os oficiais romanos que encabeçavam a ocupação das colônias romanas no Oriente já tinham familiaridade com a língua grega, em função de a educação das classes altas romanas contar com alguns princípios da língua grega, ainda que não lhes permitisse a fluência no idioma.

O que se observa nos documentos administrativos, conforme Souris e Nigdelis (2007, p. 897), é que o latim era a língua oficial dos documentos enviados às colônias romanas, mas os documentos enviados às cidades gregas (ou ligas) costumavam ser escritos diretamente em grego, traduzidos para o grego ou ainda contavam com ambas as línguas – uma versão em latim e outra em grego. Para essas tarefas de tradução, o governo romano contava desde o tempo de Augusto com um cargo de secretário *ab epistulis*, que era o encarregado das cartas oficiais, onde estavam as ordens do mandatário; esse cargo posteriormente foi cindido em *ab epistulis Latinis* e *ab epistulis Graecis*, de modo que fica mais evidente a respectiva função desses cargos de intermediador entre os idiomas. Suetônio (*Aug.* 89.1) relata que o próprio Augusto usava do serviço de tradutores para os documentos oficiais, apesar de ter um conhecimento notável de grego. Segundo Kaimio (1979, p. 74-86<sup>3</sup>, apud SOURIS; NIGDELIS, 2007, p. 898), o cargo *ab epistulis Graecis* já existia na metade do século I da era cristã, com a função de escrever cartas para as cidades gregas.

---

3 KAIMIO, J. *The Romans and the Greek Language*. Commentationes Humanarum Litterarum 64. Helsinki: Socias Scientiarum Fenica, 1979.

Diante dessa escusa de impor a língua latina como veículo único de comunicação e da aceitação do grego em documentos oficiais – uma situação que pode ser vista até como um esforço em se aproximar ainda mais da cultura helênica –, podemos concluir que a política romana com relação ao uso da língua grega foi flexível. Souris e Nigdelis (2007, p. 898) afirmam que essa política inclusive fortaleceu o domínio da língua grega:

A política romana favorável em relação ao grego significou que essa língua não apenas sobreviveu nas áreas onde ela tradicionalmente predominava, mas foi ainda fortalecida, em detrimento das línguas locais, porque foi capaz de se dispersar, junto com a cultura grecorromana, para novas regiões do Leste que não eram helenizadas em períodos anteriores. (SOURIS; NIGDELIS, 2007, p. 898)<sup>4</sup>

Na época da expansão romana, a variedade linguística do oriente era muito grande, mas não temos como mensurar em que medida essas línguas tinham um alcance de uso maior ou menor. As inscrições, papiros e alguns relatos oferecem uma ideia aproximada das diversas línguas em uso em determinados locais, mas essas evidências não são precisas. Se levarmos em conta um fato simples, que é a falta de registro escrito de muitas línguas da antiguidade, perceberemos que as inscrições, às vezes em latim, ou em grego, ou mesmo somente usando o alfabeto latino ou o grego, podem nos dar a falsa impressão de que nessas localidades as línguas principais sejam as línguas ocidentais de maior importância, quando na verdade boa parte da população falava apenas o idioma local. Esse é o caso de um exemplo relatado por Harris (1989, p. 177) acerca das inscrições levantadas em Listra (Colônia Augusta do séc. I a.C., na atual Turquia): as inscrições eram escritas puramente em grego ou latim, mas, pelo relato dos Atos dos Apóstolos, temos a informação de que os cidadãos falavam a língua licaônica.<sup>5</sup> Harris (1989, p. 185) também considera uma referência à heterogeneidade linguística na Judeia a passagem dos Atos dos Apóstolos (séc. I, datação incerta) que traz o episódio de Pentecostes.<sup>6</sup> Nesse trecho, a variedade de povos e línguas citadas ilustra bem a diversidade linguística da região no início da era cristã.

Harris (1989, p. 185-190) lamenta o fato de seu texto não conter um catálogo completo das línguas faladas no leste do Império, mas ainda assim elenca cerca de dezesseis línguas que estavam ali presentes por volta do século II.<sup>7</sup> Essas línguas variavam em prestígio local a depender da distância da região em relação aos grandes centros e do

---

4 No original: “Rome’s well disposed policy towards the Greek language meant that it not only survived in the areas where it had traditionally predominated, but was further strengthened at the expense of other local languages, because it was able to spread, together with Greco-Roman culture, into new regions of the East not Hellenized in earlier periods.”

5 O episódio trata do milagre de Paulo ao fazer o aleijado andar, ocorrido em Listra, segundo a narração: “*Em Listra* vivia um homem aleijado das pernas, coxo de nascença, que nunca tinha andado. [...] Vendo a multidão o que Paulo fizera, levantou a voz, gritando *em língua licaônica*: ‘Deuses em figura de homens baixaram a nós!’” (grifos meus, Atos, XIV, 8; 11).

6 Atos, II, 5-11, grifos meus: “Achavam-se em Jerusalém judeus piedosos *de todas as nações que há debaixo do céu*. Ouvindo aquele ruído, reuniu-se muita gente e maravilhava-se de que cada um os ouvia falar na sua própria língua. Profundamente impressionados, manifestavam sua admiração: ‘Não são porventura galileus todos estes que falam? Como então todos nós os ouvimos falar, cada um em nossa própria língua materna? *Partos, medos, elamitas, os que habitam a Mesopotâmia, a Judéia, a Capadócia, o Ponto, a Ásia, a Frígia, a Panfília, o Egito, e as províncias da Líbia próximas a Cirene, peregrinos romanos, judeus ou prosélitos, cretenses e árabes*, ouvimo-los publicar em nossas línguas as maravilhas de Deus!’”

7 Trácio, aramaico, fenício, siríaco, palmireno, safaitico, hebraico, nabateano, cariano, frígio, pisidiano, celta galácio, licaônico, capadócio, demótico.

uso atribuído a cada uma delas. Para se ter uma ideia, Harris (1989, p. 187) comenta que é pouco provável que territórios mais remotos ao norte, como Bitínia, Paflagônia e Ponto, que não eram muito urbanizados, tenham chegado a completar a transição para o grego. Contudo, em outros lugares como a Síria e a Arábia, o grego chegava a um alcance maior, sendo usado nas esferas administrativas, nos círculos de imigrantes e nos círculos das elites parcialmente helenizadas (que, por sua vez, mantinham simultaneamente o uso do seu idioma local).

Por fim, Harris conclui:

Então, também no leste do Império, enquanto a língua usual da elite conquistara completamente algumas regiões inteiras e era ouvida em toda cidade, as línguas locais mostraram um poder de sobrevivência grande durante o período, a tal ponto que em muitas regiões o grego não era a língua predominante nas ruas e nos campos. Em inúmeras províncias, é mais provável que o conhecimento de grego fosse restrito a uma minoria da população. (HARRIS, 1989, p. 190)<sup>8</sup>

Dessa forma, apesar de por volta do século III alguma parcela da população ter o domínio do grego e usá-lo em algumas funções, as línguas locais não perderam seu espaço.

Não se pode dizer que todas essas línguas ainda estivessem em uso no período tardio que nos interessa especialmente neste estudo (séc. VI) e também esse assunto não afeta as conclusões que serão traçadas aqui, pois Constantinopla, enquanto capital do império, tinha particularidades distintas dos rincões mais distantes do território. Entretanto, considerando que o uso realmente necessário do grego ou do latim era restrito a funções governamentais e ao comércio entre localidades e que, além disso, apenas as elites locais poderiam desfrutar dessas línguas de cultura, podemos pensar que, no uso cotidiano, os idiomas nativos não devem ter perdido seu espaço, à medida que as tarefas mais simples que eram executadas corriqueiramente nas cidades menores (sobretudo nas comunidades agrícolas) dispensavam a necessidade do grego ou do latim.

A influência do latim na língua grega pode ter sido mais restrita do que a influência do grego na língua latina em virtude de o fluxo de imigrantes romanos para o oriente ter sido menor do que a inserção de gregos na civilização romana. A presença de escravos gregos na sociedade romana interferia tanto na relação das classes altas com a língua grega, já que a educação básica ficava na mão de escravos pedagogos, quanto na das classes baixas, em virtude da grande penetração de escravos vindos do oriente. Já a postura dos imigrantes romanos para o Oriente tendia para a helenização. Souris e Nigdelis contrastam esse comportamento com o que se observa no Ocidente:

---

8 No original: “Thus in the eastern Empire too, while the common language of the elite had thoroughly conquered some whole regions and was to be heard in every city, the local languages showed great survival power throughout the period, so that in many regions Greek was not the dominant language of the streets or fields. In a number of provinces knowledge of it is likely to have been confined to a minority of the population.”

Ao contrário das províncias ocidentais do Império, onde o estabelecimento de imigrantes da Itália e a fundação de cidades romanas eram os fatores principais da romanização em muitas áreas, os falantes de latim que se estabeleceram nas províncias do Leste gradualmente se submeteram a um processo de helenização. (SOURIS; NIGDELIS, 2007, p. 899)<sup>9</sup>

Os autores citam o exemplo de dois grupos colonizadores romanos no Leste para ilustrar esse helenização gradual: os *Rhomaioi* (também chamados *Italikoi* ou *Italoi*) e os habitantes de colônias romanas. Os *Rhomaioi*, cujo próprio nome já evidencia a mescla de elementos gregos e latinos,<sup>10</sup> se estabeleceram na Grécia, nas Ilhas do Mar Egeu e na costa da Ásia Menor. Tratava-se de indivíduos ou famílias que vinham se estabelecendo na região desde o séc. II a.C. e que se ocupavam com o comércio e outros ramos da atividade financeira. A evidência epigráfica, segundo Souris e Nigdelis (2007), mostra que esses grupos passaram do uso do latim paralelo ao grego para o uso somente do grego. Nas colônias romanas em cidades gregas como Corinto, Pella, Filipos, Alexandria, Antioquia e Listra, os colonos a princípio eram veteranos do exército ou grupos de classes sociais romanas mais baixas. No século I, o uso do latim era predominante, de modo que, diante da maioria de inscrições em latim, figuravam em grego apenas epitáfios de habitantes gregos e oferendas a deidades gregas. Mas esse uso entrou em declínio e o latim gradualmente deu espaço ao grego, a tal ponto que no século III as posições haviam se invertido e era o latim que tinha seu uso restrito a contextos estritamente ligados à cultura romana.

Enquanto os usuários de língua latina do ocidente eram compelidos a aprender o grego por motivos de prestígio social e a elite romana transitava entre as duas línguas, no leste a familiaridade com as duas línguas era mais restrita, motivada somente por razões práticas. O aprendizado de latim despertava o interesse de quem entrasse para o exército romano, de membros da elite que tivessem a intenção de ingressar na carreira administrativa do estado ou ainda de quem quisesse subir na pirâmide social romana. Biville (2002, p. 83) lembra um episódio relatado por Suetônio (*Cl.* 16.4), em que o imperador Cláudio recusou a cidadania romana a um grego distinto e de autoridade (*splendidum uirum Graeciaeque prouinciae principem*)<sup>11</sup> por ele não falar latim (*Latini sermonis ignarum*).<sup>12</sup>

## Uma reflexão sociolinguística sobre a situação do leste do Império

A situação de convívio de diversas línguas em que se destacam o latim e o grego abre margem para pensarmos em uma questão sociolinguística, pois a preponderância dessas línguas está relacionada às condições sociopolíticas do momento em questão. Como afirma Adams (2004, p. 561):

9 No original: “In contrast to the western provinces of the empire, where the settling of migrants from Italy and the founding of Roman cities were the main factors in the Romanization of many areas, the Latin speakers who settled in the provinces in the Greek East gradually underwent a process of linguistic Hellenization.”

10 A flexão de gênero e número *-oi* é característica do sistema grego (segunda declinação), bem como a presença da aspirada acoplada ao rótico. Contudo, o radical é romano. A mesma situação é observada para os termos variantes *Italikoi* e *Italioi*.

11 “um homem respeitado, chefe de uma província grega”.

12 “ignorante na língua latina”.

[...] uma língua ou a escolha de uma língua não é ‘poderosa’ por si mesma, mas ela obtém seu poder a partir do reconhecimento que o ouvinte tem do poder investido por outros motivos no falante. A pessoa que usa a língua de uma maneira que simboliza poder será poderosa por outros motivos.<sup>13</sup>

Assim, é a posição de dominador dos romanos e a de referência cultural dos gregos que legitima o status da língua latina e da língua grega no mundo antigo.

Diante disso, convém distinguirmos bilinguismo de diglossia, conceitos muito próximos que inclusive compartilham raízes etimológicas de mesmo campo semântico, apesar de o primeiro ter origem latina e o segundo, origem grega. De um lado, o bilinguismo é a coexistência de línguas em contato, cujo domínio entre os falantes é variável. De outro, a diglossia pode ser definida como a especialização funcional no uso de línguas (ou variedades linguísticas, caso que não é relevante para os fatos considerados aqui) em uma comunidade linguística. Vale assinalar que as duas situações interagem de diversas maneiras: há situações em que tanto bilinguismo quanto diglossia estão presentes, de modo que a maioria dos falantes domina ambas as línguas e emprega uma em determinadas situações (possivelmente formais) e a outra em outro tipo de situação (possivelmente de familiaridade maior para o usuário); pode ocorrer diglossia sem bilinguismo, caso em que dois grupos distintos de uma comunidade falam cada um a sua língua e uma dessas tem *status* mais elevado, associado ao grupo que a domina; ou ainda bilinguismo sem diglossia, em que os indivíduos de uma comunidade transitam livremente de uma língua a outra dentro do seu grupo.

Nos contextos diglóticos, uma língua se destaca como língua elevada,<sup>14</sup> marcada pelo prestígio na comunidade, e outra como língua baixa, empregada geralmente com propósito coloquial. Essa seria a diferença que pode ser vislumbrada na situação brasileira entre a norma padrão culta e o falar vernacular.

Contudo, Adams (2004, p. 539) aponta que essa polaridade entre elevada e baixa não é suficiente para captar as complexidades das situações linguísticas, porque as oposições funcionais podem não ser binárias e, mesmo que sejam binárias, podem não se encaixar na classificação variedade elevada *vs.* variedade baixa. Como será observado logo adiante, esse é o caso da língua latina no leste do Império, mas isso pode ser ilustrado inclusive através da atitude linguística de um falante de latim educado padrão: ele certamente enxerga o grego como variedade elevada – a língua da literatura e da filosofia, que serve para mostrar erudição; porém, de maneira alguma, o latim assume uma posição baixa no ponto de vista desse cidadão, já que essa é a língua do direito e do estado, para falar o mínimo da representação simbólica linguística por trás da língua latina.

A seguir, veremos como se dava o uso da língua latina em oposição ao uso do grego no âmbito do direito civil e do exército no Egito, baseando-se no estudo de Adams (2004). Como o próprio autor evidencia, a política linguística romana no Egito é passível de

---

13 No original: “[...] language or language choice is not ‘powerful’ of itself, but it acquires its power from the listener’s recognition of the power invested for other reasons in the speaker. The person who uses language in a way which symbolises power will be powerful for other reasons.”

14 A oposição entre variantes elevada e baixa é de um artigo de Ferguson, publicado no periódico *Word* em 1959, em que inclusive cunhou-se o termo ‘diglossia’. Geralmente, refere-se abreviadamente a esses polos como H, de *high variety*, e L, de *low variety*, respectivamente. Por ora, aqui é mantida a tradução da nomenclatura em português.

ser estendida para o resto do leste do Império (ADAMS, 2004, p. 634),<sup>15</sup> já que as variantes não se alteram em grande medida: além do contato com as respectivas línguas locais, o grego fazia o papel de língua franca.

Não havia por parte dos romanos uma política oficial de exigência de que os cidadãos romanos soubessem latim, mas pode-se notar uma expectativa subjacente de que os detentores da *ciuitas* sejam capazes de compreender a língua. Há evidência de que certos documentos tinham de estar em latim e assim pressupõem que o signatário compreenda a língua ao se comprometer com o documento. É o caso de certidões de nascimento, e também testamentos – um direito restrito aos cidadãos romanos –, ainda que se registrem testamentos em grego a partir do século III. Por serem esses documentos da cidadania romana, o valor simbólico do uso do latim nesses documentos é que a língua latina era um componente da cidadania romana (ADAMS, 2004, p. 597). Segundo Adams (2004, p. 562), a existência de cidadãos romanos que falavam somente grego implicava a complexidade do mecanismo de registro, que tinha de contar com um tradutor – seja um funcionário bilíngue ou um intérprete que acompanhe um funcionário monolíngue. E, de fato, é possível reconhecer nos documentos remanescentes os nomes de alguns responsáveis pelas traduções legais. Então, a língua latina deveria ser usada pelo menos na versão primária do documento. As concessões à língua não oficial vinham através da aceitação de que o peticionário assinasse em sua língua materna e do provimento de uma cópia do documento em grego, contendo as partes mais relevantes. O deferimento do documento pelo funcionário romano era registrado em latim, mesmo que fosse um documento de exibição pública.

É interessante notar que o deferimento seja em latim. Um documento muito esclarecedor nesse ponto é um relatório de procedimentos diante do *dux Aegypti* Flávio Maurício em um julgamento (ADAMS, 2004, p. 557). Primeiro, havia um preâmbulo feito em latim: eram anunciados a data e o local, seguido de um pedido de permissão para que fosse feita a leitura da petição, que era então concedido pelo *dux*. A leitura e o registro da petição eram feitos em grego e o julgamento do *dux*, que possivelmente encaminhava o caso a uma outra instância, em latim. As etapas em latim – abertura, pedido de permissão e julgamento – têm um sabor performativo, assim como o deferimento registrado nos documentos anteriores. Esse uso mais específico do latim, acompanhado da aceitação do grego no mesmo documento, começa a nos esboçar a ideia de que o latim figurava em situações em que houvesse reafirmação da autoridade, com uma inclinação mais clara para afirmação da identidade romana de dominador, ainda que o grego também fosse aceito nas informações mais pragmáticas, como é o caso da leitura da petição.

Se observarmos ainda as inscrições presentes no monumento dos Colossos de Mênnon, em especial o localizado ao norte, veremos uma presença mais maciça da língua latina, ao contrário do que ocorria nos demais locais de peregrinação (ADAMS, 2004, p. 546). O Colosso recebia bastante visitação por emitir um som que se creditava à voz de um deus e, assim, ouvi-lo “cantar” durante a aurora era um sinal de boa sorte, o que motivou o turismo na região. Aparentemente havia certa organização na visitação, promovida pelas autoridades locais, pois as inscrições parecem ter sido gravadas com esmero – trabalho

---

15 O autor afirma ainda que sua posição é corroborada por trabalhos como o de Kaimio (1979) e o de Rochette (1997). Contudo, não houve possibilidade de consulta a esses trabalhos, que não fazem parte do acervo das bibliotecas brasileiras acessíveis e estão esgotados para venda. Por isso, o trabalho de Adams (2004) foi tomado como referência.

possivelmente de lapidários profissionais que podiam ser contratados nas proximidades – e registram apenas lembranças de visitantes das classes altas, geralmente com títulos agregados. Os prefeitos do Egito que registraram sua passagem por ali em sua maioria usaram o latim nas gravações; a exceção na escolha pelo latim é de um prefeito que usou o grego somente ao inserir um trecho poético, escolha justificada pela associação da língua grega com a expressão literária. Esses prefeitos certamente usavam o grego em seus afazeres administrativos, quando lidavam com os *strategoí*, funcionários mais baixos no escalão administrativo, o que nos leva a ponderar que o grego era aceito como língua da administração civil interna (ADAMS, 2004, p. 548). Por sua vez, as inscrições creditadas aos funcionários locais da burocracia egípcia com quem os prefeitos lidavam aparecem majoritariamente em grego, seja nas partes em verso com nas em prosa. A única inscrição em latim dentre esses autores é do *epistrategos Thebaidos* Júlio Fido Aquila, porém esse mesmo autor também deixou uma inscrição em grego, o que mostra o seu bilinguismo. Há, então, uma diferença na postura dos prefeitos, que dão preferência à língua que eles associam com as funções oficiais imperiais e que está ligada diretamente à expressão de datas e títulos imperiais. Quanto às inscrições de centuriões, novamente o latim domina as inscrições em prosa e o grego, as em verso. Isso é relevante, pois em outros sítios de peregrinação é comum os soldados se expressarem em língua grega, adotando a língua franca com que eles lidavam no leste. Dessa forma, a escolha pelo latim não é simplesmente uma questão da natureza militar desses soldados, mas uma questão relacionada especificamente ao lugar dessas inscrições. O Colosso de Mênnon era identificado como um lugar apropriado para expressar a romanidade:

Havia obviamente algo de especial no Colosso que inspirava prefeitos e oficiais militares a usar o Latim para registrar suas visitas. A grandeza do local e sua atração tanto para a *élite* falante de grego quanto a romana o fizeram adequado para uma exibição pública de romanidade por parte dos altos funcionários e dos oficiais militares. (ADAMS, 2004, p. 554)<sup>16</sup>

A língua latina se conecta, dessa forma, com a identidade romana. Aqueles que se apropriam dela para registrar sua passagem no Colosso estão especificamente registrando seu pertencimento à comunidade linguística romana, que nesse momento é a comunidade dominante, a comunidade mais prestigiada, em razão do seu destaque político e social.

Agora vamos procurar entender em termos de diglossia a significação dos usos de latim e grego no Egito através das evidências que foram relatadas. Não se pode atribuir de maneira alguma uma posição baixa para a língua grega, já que isso não seria condizente com o uso do grego nas inscrições do Colosso tanto ao ser empregado pelos funcionários locais quanto ao ser empregado especificamente para o registro poético. A opção pelo grego nas inscrições em verso é um marcador de como a associação da língua latina com a expressão elevada da cultura ainda é clara, presente mesmo entre os centuriões romanos. A posição baixa também não seria condizente com as concessões feitas ao uso do grego em situações oficiais, como é o caso da leitura da petição diante do *dux*. Em suma, o grego era considerado apropriado (i) na administração civil, por ser comum na comunicação entre prefeitos e seus subalternos; (ii) nos tribunais, pela aceitação da leitura da petição

---

16 No original: “There was obviously something special about the Colossus which inspired prefects and military officers to use Latin in recording their visits. The grandeur of the site and its attraction to both Greek-speaking and Roman élites made it suitable for a public display of Romanness by high-ranking official and military officers.”

em grego; (iii) na poesia. Há também evidência do uso frequente de grego por soldados romanos, em inscrições de oferendas a divindades, o que também mostra a aceitação do grego na esfera religiosa (ADAMS, 2004, p. 576-589). Esses domínios em que o uso do grego se mostra apropriado são domínios de prestígio e, portanto, o grego pode ser considerado uma língua elevada, já que o seu uso está ligado a funções que podem ser consideradas formais.

O latim, por sua vez, recebe destaque por aparecer em maior proporção nas inscrições do Colosso de Mênnon do que em outros lugares de peregrinação e, por isso, não se pode deixar de levar em conta que o Colosso se destaca por ter um público maior das classes altas, que se reflete nas inscrições possivelmente feitas por lapidários profissionais. Nos procedimentos diante de uma autoridade, os trechos em latim têm um tom cerimonioso. Nos documentos oficiais, parece dar a legitimação do certificado, uma vez que é a língua do deferimento oficial pelo funcionário a serviço do estado e de documentos relevantes para a cidadania romana, como a certidão de nascimento. Desse modo, o latim não apenas ocupa domínios de prestígio, como também está atrelado à afirmação da romanidade: é a língua dos documentos de cidadania, é a língua usada pelo funcionário presidente do julgamento, é a língua utilizada para simbolizar o poder político e o poder militar nas inscrições do Colosso. A partir disso, Adams conclui que o latim era a língua “super-elevada”<sup>17</sup> nesse contexto, estava disponível para ser utilizada quando fosse necessário declarar a romanidade do poder imperial no Egito (2004, p. 597).

É importante ressaltar que as funções atribuídas a cada língua variam de acordo com a comunidade linguística, a depender principalmente da língua materna mais utilizada. Adams (2004, p. 598) aponta que, para um falante de grego comum no Egito, sem nenhum posto oficial, o grego era visto como a língua da administração, pois os funcionários com quem esse indivíduo tinha de lidar – funcionários de escalão mais baixo – eram falantes de grego, e ele não tinha necessidade de entrar em contato com a alta administração que empregava o latim. Já foi mencionado aqui o caso dos gregos residentes em Roma que, por sua vez, viam o latim como língua ligada à administração e utilizavam-na especialmente para expressar coisas desse domínio, como datas e unidades de tempo. Além disso, não se pode deixar de mencionar o caso de comunidades bilíngues sem diglossia, como é o caso dos remotos acampamentos militares do Egito: diante de tamanha mistura entre falantes de grego e de latim, a língua utilizada nas atividades mundanas cotidianas estava pouco associada a posturas simbólicas e ligada mais a fatores como a preferência do próprio falante, a preferência da audiência, a disponibilidade de termos técnicos etc.

Essa condição de variedade super-elevada da língua latina pode ser observada com mais clareza na coleção de documentos do acervo de Flávio Abineu, comandante de uma ala em Dionísias, na década de 340. Dentre os inúmeros documentos, o grego é a língua usada mais regularmente, inclusive nas correspondências oficiais que ele recebia, mesmo repassando ordens do *dux* e procedimentos. Apenas dois documentos estão em latim: um que nomeia Abinnaeus para o comando da ala em nome do poder imperial, possivelmente apresentada por ele para tomar posse do cargo, e o outro é uma carta de dispensa do comando da ala enviada pelo *dux* do Egito Valácio. A coleção deixa claro que o grego era usado na administração interna e era empregado, portanto, como uma língua oficial. Adams (2004, p. 557) chama a atenção para o fato de que o grego era escolhido mesmo

---

17 No original: “super-high”.

em comunicações entre indivíduos que não estivessem em posição de igualdade, o que assinala uma atitude linguística liberal. Por isso, a motivação para a escolha do latim nos dois documentos é uma invocação da autoridade suprema, uma materialização do poder de execução superior. O latim, então, cumpre uma função mais elevada do que a função que o grego cumpre nesse contexto: se o grego é utilizado nas correspondências formais e pode ser considerado uma língua elevada, o latim por sua vez é uma língua super-elevada, que pode ser utilizada em situações em que o poder da autoridade romana é evidenciado. Adams (2004, p. 557) coloca isso nos seguintes termos: “O latim estava à disposição para que se recorresse a ele *ad hoc* para a poderosa simbolização do poder romano”.<sup>18</sup>

Especificamente no que diz respeito ao exército, Adams (2004, p. 608) desacredita a afirmação de que o latim fosse a língua oficial. A partir da constatação de que assuntos oficiais – tanto de registro interno quanto de comunicações com membros de fora da instituição – eram redigidos em grego, de que até mesmo escribas alfabetizados em latim optavam pelo grego e de que os mesmos documentos aparecem ora em latim, ora em grego, o autor conclui que não havia uma política linguística fixa de uso do latim como língua oficial do exército.

Na verdade, a questão da escolha da língua nos documentos vai além da imposição a partir de uma determinação de uma esfera superior, já que as circunstâncias presentes em cada situação discursiva são determinantes no processo comunicativo:

A perceptível necessidade de simbolizar romanidade ou poder teria dependido das atitudes dos participantes em uma transação específica e em outras circunstâncias exteriores que nós não podemos conhecer e, por essa razão, não é possível simplesmente listar mecanicamente os documentos que deveriam ser em latim em oposição àqueles que poderiam ser em grego. A escolha de língua deve ser encarada como dinâmica ao invés de mecânica, no sentido de que ela estava relacionada a relações negociadas em ocasiões específicas entre o escritor/falante e o endereçado. (ADAMS, 2004, p. 761)<sup>19</sup>

O que determina a escolha de língua nessas situações bilíngues não é simplesmente que documento se está redigindo, mas a posição em que os indivíduos envolvidos se colocam: quanto maior o nível de identificação com a autoridade romana, maior a chance do uso do latim; se não há a necessidade de destacar essa autoridade, maior a chance de os indivíduos lançarem mão do grego. Fatores como a língua dos participantes, o contexto de veiculação do documento e o público alvo, certamente influenciam na escolha.

Da mesma forma, o autor questiona a afirmação de que o uso do latim aumentou depois de Diocleciano por ele ter estimulado a adoção do latim como língua oficial do Império. Baseando-se em relatórios de audiências judiciais diante de funcionários romanos, como o que vimos mais acima, Adams (2004, p. 635-636) argumenta que as partes em latim geralmente são trechos formulaicos “acanhados e discretos” – provavelmente

---

18 No original: “Latin was in the wings, to be called on *ad hoc* for the forceful symbolising of the Roman power.”

19 No original: “The need felt to symbolise Romanness or power will have depended on the attitudes of the participants in a particular transaction and on other extraneous circumstances which we cannot know, and for that reason it is not possible simply to list mechanically documents which had to be in Latin as against those which could be in Greek. Language choice has to be seen as dynamic rather than mechanical, in the sense that it was related to the relationships being negotiated on particular occasions between writer/speaker and addressee.”

influenciados por uma política estabelecida com relação ao formato dos registros – e têm traços de mudança de código. Esse formato, contudo, não é novo, mas registram-se ocorrências dele em documentos anteriores a Diocleciano. Diante disso, fica evidente novamente o fracasso de políticas oficiais na tentativa de impor regras ao uso de língua: “Uma política oficial pode tentar impor uma única língua para os procedimentos, mas a mudança de código é um fenômeno *ad hoc* e variável, que não poderia possivelmente ser matéria de proclamação oficial alguma” (ADAMS, 2004, p. 636).<sup>20</sup>

No entanto, o que revela uma política implícita de necessidade do uso do latim é o ensino de língua latina no exército. Que havia algum tipo de alfabetização em latim no exército pode ser constatado em documentos redigidos em latim por militares: através dos tipos de erros encontrados nesses documentos, pode-se dizer que esses indivíduos estavam em fase de aquisição e há evidências de indivíduos em diversas fases, o que demonstra o aprendizado em progresso. Já o fato de se empregarem aprendizes de segunda língua no ofício de escribas, segundo Adams (2004, p. 634), é um reflexo dos baixos índices de alfabetização e da escassez de escribas mais competentes. Essa postura, porém, é uma política sutil, não doutrinária.

### **Efeitos de um contexto multilíngue no ensino**

Os erros presentes nos documentos mencionados nada mais são do que sinais de competência imperfeita compensada muitas vezes pela interferência da língua materna (doravante L1) do indivíduo na sua *performance* na segunda língua (doravante L2). Os erros de ortografia são especialmente significativos no contexto de bilinguismo entre latim e grego porque trata-se de alfabetos diferentes para cada uma das duas línguas, que, apesar de semelhantes, apresentam diversas incongruências. Cito apenas alguns itens problemáticos: a correspondência entre as vogais se complica pelo fato de o grego ter grafemas distintos para diferenciar a quantidade (ômega e ômicron; eta e épsilon) enquanto no latim há apenas um grafema em cada caso ambíguo quanto à quantidade (*o* x *e*); a nasal em posição final, que no latim (presente sobretudo nas terminações de acusativo singular e genitivo plural) só pode ser a nasal bilabial, representada pelo grafema *m*, gera confusão para os falantes de grego que estão acostumados também com a nasal alveolar em posição final, grafada pela letra *ni* (*n*). Os erros de morfologia consistem em usar na L2 terminações e radicais característicos da L1, influência essa que mostra falhas no domínio do sistema linguístico da língua alvo.

Esses erros mostram dois tipos de aprendiz: o que aprende a língua primeiro oralmente – possivelmente num contexto de imersão – e que tem um controle melhor do léxico e da morfologia de L2, mas apresenta deficiências de ortografia quando tem a necessidade de escrever, porque lança mão do mecanismo de escrita de sua L1; e o aprendiz que Adams (2004) considera tardio, que provavelmente passou primeiro pelo ensino formal de oralidade e escrita da língua alvo, que se revela ao cometer menos problemas de grafia mas sem demonstrar controle da morfologia e do léxico. Adams (2004, p. 628) ressalta ainda que o aprendiz tardio deve ter passado pela instrução em uma ordem determinada:

---

20 No original: “An official policy might attempt to impose a single language on proceedings, but code-switching is an *ad hoc* and variable phenomenon which could not possibly be subject of any official proclamation.”

“[...] com instrução em regras básicas de grafia (como a conversão dos dígrafos de uma língua para os de outra) precedendo o aprendizado abrangente de vocabulário e morfologia” (grifo do autor).<sup>21</sup>

Esse panorama já nos dá uma ideia acerca de como se dava o aprendizado de língua no contexto bilíngue da antiguidade especialmente no que se refere a aprendizes adultos, pois certamente é a esse público que diz respeito o aprendiz tardio de Adams (2004). Contudo, o público das escolas de gramáticas não pode ser considerado nem o primeiro tipo de aprendiz nem o segundo, pois é um público infantil e o seu aprendizado é predominantemente escrito e carregado de morfologia. Não se pode esquecer, é claro, que as gramáticas que atendiam falantes de L2 se pautaram nos modelos de gramática para falantes de língua materna e não abandonaram o ensino metalinguístico, baseado nas partes do discurso.

É possível discernir dois estilos entre as gramáticas romanas: *Schulgrammatik* e *regulae*. As gramáticas do estilo *Schulgrammatik* tinham uma orientação semântica predominante, pois se preocupavam em demonstrar os conceitos da metalinguagem (das partes do discurso, sobretudo) e traziam inúmeros exemplos de autores reconhecidos. Segundo Law (1986, p. 365-366), essas gramáticas contam sempre com uma progressão pelas partes do discurso e privilegiam definições e explicações em detrimento de paradigmas. A autora afirma também, em um trabalho posterior, que as gramáticas desse estilo refletem as necessidades do falante nativo, porque se concentram em distribuir as palavras já conhecidas dentro dos rótulos de metalinguagem (LAW, 2003, p. 63). De acordo com a visão de Law (2003), há quatro traços característicos nessas gramáticas: estrutura rigorosamente hierárquica; estrutura sistemática em capítulos; organização lógica que reflete a pressuposta estrutura lógica da linguagem; e a tendência de priorizar as categorias semânticas e renegar as categorias formais para o segundo plano, ou até mesmo omiti-las. Enquadram-se nesse estilo a *Ars maior*, de Donato, e as *Institutiones grammaticae*, de Prisciano, entre outras.

Já as gramáticas estilo *regulae* floresceram justamente em sociedades bilíngues a partir do século V, quando o Império Romano já abrigava a diversidade das línguas dos povos bárbaros, além do latim e do grego. Law mostra como essa diversidade, aliada à consolidação do cristianismo, afetou o ensino de língua:

Com a conversão para o cristianismo de um grupo muito maior de tribos célticas e germânicas nas bordas do império, o ensino de língua estava prestes a mudar seu caráter completamente. Não se tratava mais de guiar oradores para uma apreciação dos mecanismos estilísticos utilizados pelos melhores autores; era uma questão de alfabetização no norte da Europa. Sem um estudo sistemático da gramática e do vocabulário latinos, os novos sacerdotes não poderiam ler a Bíblia ou celebrar uma missa. (LAW, 1986, p. 368)<sup>22</sup>

---

21 No original: “with instruction in basic spelling rules (such as the conversion of the digraphs of one language to those of the other) preceding the extensive learning of vocabulary and morphology” (grifo do autor).

22 No original: “With the conversion of the much larger body of Celtic and Germanic peoples on the fringes of the Empire to Christianity, language teaching was to change its character completely. No longer was it a matter of guiding orators to an appreciation of the stylistic devices used by the best authors; in northern Europe it was a question of literacy. Without systematic study of Latin grammar and vocabulary, new clerics could not read the Bible or hold a service.”

Obras anteriores como a *Ars Maior*, de Donato, que procura oferecer ao aluno a metalinguagem necessária no seu aprendizado rumo ao domínio da retórica, não seriam adequadas para um aluno sem conhecimento prévio da língua latina. As gramáticas *regulae* surgiram para suprir a necessidade de ensino de latim como segunda língua, público que não era atendido pelos compêndios de gramática do estilo *Schulgrammatik* (LAW, 2003, p. 83). Enquanto as gramáticas *Schulgrammatik* traziam vastas definições das partes do discurso e exemplos de autoridades literárias, as gramáticas *regulae* proviam descrições das formas das palavras, esboçando exaustivamente o sistema morfológico da língua alvo através de inúmeros paradigmas, com o objetivo de demonstrar o funcionamento da analogia (LAW, 1986, p. 366). Law (1986) ressalta que a estrutura dessas gramáticas se distinguia das anteriores porque os critérios de organização são outros: ordem alfabética, gênero, declinação, conjugação, ou até mesmo uma mistura desses. São exemplos de gramáticas *regulae* a *Institutio de nomine et pronomine et uerbo*, de Prisciano, a *Ars de nomine et uerbo*, de Focas (GL 5, 410-439, 7), o *De Verbo*, de Eutiques (GL 5, 447-488), e as *Regulae*, de um pseudo Agostinho (GL 5, 496, 15-524).

Law (2003) relata o uso combinado de gramáticas *Schulgrammatik* com gramáticas *regulae* a partir do século V, justamente para cobrir a carência de paradigmas e exemplos nos compêndios gramaticais. O aprendiz de L2 precisava tomar conhecimento das formas para então poder enquadrá-las na classificação gramatical:

Já que o público dos *grammatici* geralmente era de falantes nativos de latim, suas gramáticas podiam presumir um conhecimento das formas do latim *a priori*: a informação que eles precisavam era taxonômica. É nesse espírito que Donato conjuga um único verbo na sua *Ars minor*. [...] Mas o jovem irlandês não contava com esse conhecimento. (LAW, 1986, p. 369)<sup>23</sup>

Se as gramáticas *Schulgrammatik* não davam conta do aprendizado de L2, da mesma forma as gramáticas *regulae* também não bastariam por si só, porque a sua organização era pautada mais para que a obra servisse de referência do que de manual de ensino e, além disso, elas traziam apenas algumas partes do discurso, raramente cobriam todas. Dessa forma, as gramáticas *regulae* poderiam suprir a carência de informações formais dos compêndios gramaticais.

O cenário que essa situação esboça ainda não é o desejável em termos de didática de língua estrangeira, mas já aponta para alguns caminhos. Em paralelo a esse uso combinado, os professores começaram também a utilizar o seu espaço de comentários para incorporar a estrutura dessas gramáticas com mais formas e exemplos ilustrativos.

A *Institutio de nomine et pronomine et uerbo*, de Prisciano, é um exemplo de gramática *regulae*, pois traz a descrição morfológica exaustiva da morfologia flexional do latim e procura expor as formas estabelecendo entre elas relações até em certo ponto mnemônicas (PRISCIANUS CAESARIENSIS, 1992). Seu objetivo subjacente é o de fornecer um tratamento mais amplo das formas flexionáveis da língua latina do que os compêndios gramaticais poderiam oferecer. A diferença em relação às demais gramáticas

---

23 No original: "Since the public of the *grammatici* had as a rule been native Latin-speakers, their grammars could take a knowledge of the forms of Latin for granted: the information they required was taxonomic. It is in this spirit that Donatus conjugates only a single verb in the *Ars minor*. [...] But the young Irishman would have no such background knowledge to rely on."

*regulae* é que ela já leva em consideração de antemão o uso combinado com as *Institutiones*, que cronologicamente é anterior à *Institutio*, como se pode perceber nas remissões ao compêndio que o autor sugere ao longo do texto.

Tendo em mente o contexto histórico de Prisciano, na Constantinopla do século VI, pode-se relacionar essas características de gramática de segunda língua que a sua *Institutio* traz com o público falante de grego que possivelmente frequentava sua classe. A interlocução com um público falante de grego fica latente em suas gramáticas quando vemos a recorrência de exemplos de nomes próprios de base grega e especialmente quando o autor lança mão de detalhes da língua grega para explicar questões da língua latina. Dessa forma, fica evidente que o ambiente multilíngue motiva a mudança na abordagem didática, fazendo surgir inclusive um estilo diferenciado de material didático.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, J. N. *Bilingualism and the Latin Language*. Cambridge: Cambridge UP, 2004.

BÍBLIA. Português. *Bíblia online*. Nova versão internacional. Disponível em: <<https://www.biblionline.com.br/nvi+vc/atos/14>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BIVILLE, F. The Gaeco-Romans and Graeco-Latin: A terminological framework for cases of bilingualism. In: ADAMS, J. N.; JANSE, M.; SWAIN, S. (Ed.) *Bilingualism in Ancient Society: language contact and the written word*. Oxford: Oxford UP, 2002. p. 88-89.

COLEMAN, R. G. G. Greek and Latin. In: CHRISTIDIS, A.-F. (Ed.) *A History of Ancient Greek: from the beginnings to late antiquity*. Cambridge: Cambridge UP, 2007. p. 792-799.

FERGUSON, C.A. 'Diglossia'. *Word*. v. 15, p. 325-340, 1959.

HARRIS, W. V. *Ancient literacy*. Cambridge; London: Harvard UP, 1989.

LAW, V. Late Latin grammars in the Early Middle Ages: a typological history. *Historiographia Linguistica*, Amsterdam, v. 23, n. 2/3, p. 365-380, 1986.

\_\_\_\_\_. *The history of linguistics in Europe: from Plato to 1600*. Cambridge: University Press, 2003.

PRISCIANUS CAESARIENSIS. *Institutio de nomine et pronomine et verbo*. Edição de Marina Passalacqua. Urbino: Quattro Venti, 1992.

SOURIS, G.; NIGDELIS, P. The parallel use of Greek and Latin in the Greco-Roman world. Tradução de Deborah Whitehouse. In: CHRISTIDIS, A.-F. (Ed.) *A History of Ancient Greek: from the beginnings to late antiquity*. Cambridge: Cambridge UP, 2007. p. 897-902.